

ATA DA 237ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (21.08.2020), às nove horas e cinco minutos (09h05min), reuniram-se em sessão realizada por videoconferência, veiculada em tempo real (por estratégia, frente a atual pandemia, de contenção da propagação da *Covid-19*), para realização da 237ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, sob a presidência da Procuradora-Geral de Justiça Maria Cotinha Bezerra Pereira, os Procuradores de Justiça Marco Antonio Alves Bezerra, João Rodrigues Filho e Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Membros; e José Demóstenes de Abreu, Membro e Secretário. Consignou-se a participação do Promotor de Justiça Luciano César Casaroti, da Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público, Promotora de Justiça Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, e a colaboração de servidores da instituição. Verificada a existência de *quórum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da pauta, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, Edição nº 1053, em 19/08/2020. Os trabalhos foram iniciados pela análise do **E-doc nº 07010353661202017**, em que o Promotor de Justiça Edson Azambuja, na condição de Presidente da Comissão Eleitoral instituída para condução do processo de escolha do próximo Procurador-Geral de Justiça (Ato CSMP nº 078/2020), suscitou dúvidas quanto aos requisitos necessários ao exercício do voto pelos membros. Debatida a matéria, o colegiado deliberou pela aptidão de todos os membros ativos, ao voto. Em tempo, asseverou a soberania da Comissão Eleitoral na decisão de eventuais impugnações, de modo que, ao Conselho Superior, cabe a análise de eventual recurso a estas decisões. Na ordem da pauta, foi declarado conhecido, por unanimidade, o **Ofício nº 010/2020/ATMP** (E-doc nº 07010353173202018), que trata do deferimento, pela Diretoria da ATMP, do pedido de afastamento do cargo pelo Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público, Promotor de Justiça Luciano César Casaroti, no período de 15/08 a 17/10/2020. Por fim, a Conselheira Ana Paula, na condição de Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF,

comunicou aos integrantes a disponibilização de cursos, eventos e outros trabalhos desenvolvidos pelo Órgão. Na ocasião, foi parabenizada pelos pares pela exitosa gestão. Impõe-se o registro de que a presente sessão foi integralmente gravada, cuja cópia contendo todas as manifestações dos Conselheiros passa a integrar a presente ata (de forma a dar ciência sobre a integralidade das falas realizadas na reunião). Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente sessão às nove horas e vinte minutos (09h20min), do que, para constar, eu, _____, José Demóstenes de Abreu, Secretário do Conselho Superior, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Maria Cotinha Bezerra Pereira
Presidente

Marco Antonio Alves Bezerra
Membro

João Rodrigues Filho
Membro

Ana Paula Reigota Ferreira Catini
Membro

José Demóstenes de Abreu
Membro/Secretário